

Sarney diz que grupos querem desestabilizar

No programa "Conversa ao Pé do Rádio", transmitido ontem às seis horas, o presidente José Sarney atribuiu as agressões sofridas durante a viagem, que fez no último dia 25 ao Rio de Janeiro, a grupos de violência que "levaram o Brasil a 20 anos de exceção" e, que agora, desejam a desestabilização do país.

"Esses grupos de violências, incapacitados para a vida democrática, que já levaram o Brasil a 20 anos de exceção, voltam a agir para desestabilizar o país, atropelando a democracia que nós estamos com tanto esforço desejando consolidar" — enfatizou Sarney.

O presidente disse que seu governo está procurando consolidar a democracia com a compreensão, com a ajuda do povo brasileiro e com a convivência de "muitos sacrifícios" exigidos pelos problemas econômicos e políticos. Sarney ressaltou que todos sabem que ele tem sido tolerante, mas muitas vezes acusado de paciente. Destacou, contudo, que tem usado o cargo com dignidade, sem usar, o poder para medidas de força.

"Também tenho absoluta

consciência de que tenho feito um governo sério, tenho tido a preocupação permanente da dignidade do cargo que exerço, nunca fiz mal a ninguém e nunca utilizei o poder para qualquer medida de força. Posso dizer, que eu nunca cravei, por meu desejo, como disse um grande estadista "espinho algum no peito de ninguém" — completou.

Sarney agradeceu o povo carioca, que condenou as agressões e, ao mesmo tempo, solidarizou-se com ele. Segundo o presidente, as agressões não fazem parte do espírito do Rio que, por sua vez, é acolhedor, aberto e humano.

"Portanto, quem age assim é um arrivista no Rio de Janeiro, não é jamais uma pessoa que possa exprimir o espírito do Rio de Janeiro" — afirmou.

Ainda no programa, Sarney lembrou que "cenas de vandalismo" voltaram a ocorrer esta semana, com o quebra-quebra provocado pelo aumento das tarifas de ônibus. Explicou que o mundo de hoje não é de soluções fáceis, mas que, de sua parte, está cuidando, trabalhando e determinado a não permitir a desordem".

Josemar Gonçalves



Líder do PFL quer que presidente defina apoio do PMDB

Presidente vê dificuldades

Eis a íntegra do trecho da fala presidencial onde ele comenta as agressões sofridas no Rio:

"Agora, para terminar, eu desejo dar uma palavra que eu sei todos estão esperando, sobre os acontecimentos do Rio de Janeiro. Sobre a agressão que eu sofri no Rio de Janeiro. Ninguém mais do que eu, as brasileiras e brasileiros sabem, tenho sido tolerante e muitas vezes acusado pela minha paciência. Também tenho absoluta consciência de que tenho feito um governo sério, tenho tido a preocupação permanente da dignidade do cargo que exerço, nunca fiz mal a ninguém e nunca utilizei o poder para qualquer medida de força. Posso dizer, que eu nunca cravei, por meu desejo, como disse um grande estadista, "espinho algum no peito de ninguém".

Assim, esses grupos de violências, incapacitados para a vida democrática, que já levaram o Brasil a 20 anos de exceção, voltam a agir para desestabilizar o país, atropelar a democracia que nós estamos com tanto esforço desejando consolidar, e consolidando com a compreensão, com a ajuda do povo brasileiro e com a convivência de muitos sacrifícios que temos tido com os

problemas econômicos que se somam aos nossos problemas políticos.

Eu quero também agradecer, devo fazer esta ressalva, agradecer ao povo carioca a repulsa e a solidariedade que esse povo me deu. Eu sei que gestos desta natureza não são o espírito da cidade maravilhosa, o espírito do Rio de Janeiro, porque o Rio de Janeiro é a síntese de todas as cidades do Brasil. Pelo seu lado acolhedor, pelo seu lado aberto e pelo seu lado humano. Por tanto, quem age assim é um arrivista no Rio de Janeiro, não é jamais uma pessoa que possa exprimir o espírito do Rio de Janeiro.

Essas cenas de vandalismo contudo voltaram a ocorrer nos ônibus e nos saques com o problema da decretação, por um juiz, ao aumento das tarifas de ônibus. Portanto nós estamos, vendo que são tempos difíceis. Mas o mundo de hoje não é um mundo de soluções fáceis. De minha parte, eu continuo firme no meu caminho. Cuidando, trabalhando e determinado a não permitir a desordem. Continuarei cumprindo o meu dever. Sem medo, sem ressentimento, mas seguro dos meus deveres", finalizou Sarney.

Lourenço ameaça rachar Aliança

O deputado José Lourenço, líder do PFL, pretende cobrar do presidente José Sarney uma definição sobre qual facção do PMDB está realmente em sintonia com seu governo. Na avaliação do pefelista, o PMDB está golpeando o governo e o país ao se utilizar de duas posturas: o partido do palanque, que faz oposição ao governo e defende o mandato de quatro anos visando manter a credibilidade popular, e o que permanece no governo mas que faz jogo duplo, usando este "status" para dar cobertura política e financeira ao grupo de oposição.

"O PMDB conseguiu criar, em um momento de rara inspiração, uma coligação interna sui generis: uns continuam mamando nas tetas do governo mas cobrem politicamente os que saem para as ruas, em discurso oposicionista, à cata de credibilidade popular aos que ficam no governo", comentou o líder. A expectativa do PFL recai sobre a opção do presidente Sarney, "pois disto dependerá se vamos continuar sendo aliados no grupo de sustentação ao governo", disse Lourenço.

O pronunciamento do ex-líder do PMDB, deputado Pimenta da Veiga, na última quinta-feira na tribuna da Constituinte, foi considerado pelo líder do PFL como "um neologismo político, ou seja, um quadro bizarro de uma política inigualável". O parlamentar explicou que esta estratégia do PMDB visa exclusivamente as eleições presidenciais. "Quando a eleição estiver próxima, os que ainda estiverem no governo irão tirar dinheiro dos cofres públicos para bancar a eleição dos que saíram para a oposição, que eleitos, devolverão a ajuda através de apoio político e parlamentar", afirmou.

O deputado José Lourenço comentou que o presidente José Sarney anda um pouco inibido diante da alteração de comportamento do PMDB. "Ele precisa sair detrás do biombo e vir para a vitrine", frisou o líder do PFL. Este posicionamento passivo do presidente Sarney, para o parlamentar, tem propiciado uma certa fragilidade ao governo. "Diante deste quadro, é um desestímulo apoiar um governo que ninguém sabe para onde caminha", afirmou.

Ulysses assume como interino pela 5ª vez

O presidente da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, assumiu, ontem pela manhã, interinamente, a presidência da República. O ato foi automático e ocorreu assim que o presidente José Sarney entrou em território peruano, em companhia do presidente do Peru, Alan Garcia, com quem vem mantendo conversações desde anteontem.

O presidente Ulysses Guimarães chegou ao Palácio do Planalto às 11h10 e seguiu

direto para o terceiro andar onde fica o gabinete presidencial. As 11h30 a imprensa teve acesso para registrar o seu despacho com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, quando tratou de assuntos administrativos.

É a quinta vez que o deputado Ulysses Guimarães assume a chefia da nação interinamente. Ele permaneceu, no cargo até o meio da tarde quando o presidente Sarney, após almoço em Puerto Maldonado, no Peru, com Alan Garcia, retornou ao Brasil.

Deputado descarta paralisação

O presidente em exercício, deputado Ulysses Guimarães, disse ontem que se depender dele está afastada a possibilidade de paralisação dos trabalhos da Constituinte: "Nós viemos para cá para fazer Constituição; é um mandato imperativo e nós recebemos essa incumbência da sociedade para fazer a Constituição, e não para interromper esses trabalhos".

Ulysses disse que rendia homenagens ao senador José Richa, autor da proposta, mas que discordava da posição dele. Quanto à discussão de assuntos conjunturais, Ulysses disse que o Congresso vem fazendo isso normalmente. "existe esse pulmão, essa válvula, para avaliação de diversos assuntos" pela Constituinte.

Com relação a sua interinidade, ele disse que no Planalto recebeu deputados e o ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência, e informou que conversaria, ainda ontem com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto — mas não mais como presidente em exercício — sobre a questão do salário mínimo.

Sobre o comício das diretas na terça-feira, ele disse entender que «os comícios estão abertos no país e quem entender que deva promovê-los, que o faça, pois é um direito assegurado pelas leis. Mas, eu não vou participar». Ele explicou que não participará por achar que «o que convém ao país é que façamos eleições, não já, mas posteriormente, mas isso vai depender também de se adotar o parlamentarismo ou o presidencialismo».

Empresários gaúchos não querem 40 h

Porto Alegre — Em debate com os constituintes Paulo Renato Paim, do PT, e Adroaldo Streck, do PDT, empresários gaúchos anunciaram que farão forte pressão junto à Constituinte contra a aprovação da redução da jornada para 40 horas e a estabilidade, propostas por eles consideradas "demagógicas e populistas". Mas Paim, por sua vez, defendendo as duas medidas, afirmou que, se o movimento sindical mobilizar toda sua força de pressão, conseguirá a aprovação, pois funcionará o poder político. Streck, fazendo questão de deixar claro que não está do lado dos empresários, também se posicionou contra as duas propostas, argumentando que é um absurdo discutilas na Constituinte, tornando a Constituição detalhista demais.

O presidente da Associação dos Jovens Empresários (entidade promotora do debate), Cláudio Moreira, justificou que a redução da jornada e a estabilidade, aliadas ao direito irrestrito de greve, acabam com a livre iniciativa, pois inviabilizam e elevam as empresas à falência, abrindo "um violento caminho para a estatização".

Bornhausen defende o ensino pago

Rio — O ministro da Educação, Jorge Bornhausen, afirmou ontem, antes de seguir para Florianópolis, que "a Constituinte deve ter a coragem de enfrentar o problema da gratuidade escolar e do ensino universitário" e que o ensino superior, no seu entender, "deve ser gratuito apenas para os que demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem a falta ou insuficiência de recursos".

Com quase 70% dos recursos oficiais do Ministério da Educação comprometidos com o ensino superior, é impossível e imprescindível a revisão do ensino básico, que deve merecer a prioridade do governo, segundo Bornhausen.

O ministro da Educação também defendeu a ampliação, de 13 para 18% do orçamento da União, da cota destinada obrigatoriamente à educação, ressaltando que, mesmo assim, se houver uma contribuição por parte dos que tem recursos para manutenção das universidades, será possível atender à necessidade maior do país que é a de garantir o ensino gratuito e de boa qualidade para a faixa de idade entre 6 e 14 anos, e assegurar a todas as faixas complementação alimentar.